

Ao
Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS
A/C Sr. Rafael Queiroz
Diretoria de Regulação
Pato Branco - PR

Ref.: Resposta à notificação e solicitação de esclarecimentos

Prezado Senhor,

Acusamos o recebimento da solicitação encaminhada por essa Diretoria de Regulação do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, por meio da qual são requeridos esclarecimentos formais acerca da relação empresarial anteriormente mantida entre a IDS e a empresa SINNC Soluções Ltda., bem como quanto aos reflexos dessa circunstância na execução do Contrato nº 16/2025.

Conforme exposto na notificação, os questionamentos concentram-se, em síntese, na existência ou não de renovação da parceria empresarial, na manutenção da condição de exclusividade e na forma de preservação do suporte técnico ao sistema, sem ocorrência de dupla cobrança ao Consórcio.

Considerando o teor da comunicação recebida, especialmente no que se refere à alegada limitação de acesso técnico, à continuidade dos serviços contratados e à segurança jurídica da operação atualmente mantida entre SINNC e CONIMS, a IDS presta os esclarecimentos abaixo.

1. Da inexistência de parceria empresarial vigente ou de previsão formal de renovação

A parceria empresarial anteriormente mantida entre a IDS e a SINNC teve vigência até 3 de dezembro de 2025. Encerrado esse prazo, não há instrumento de parceria vigente entre as empresas, tampouco há instrumento formal de renovação.

Esclarece-se, todavia, que o encerramento da parceria empresarial entre IDS e SINNC não implica, por si só, descontinuidade da operação dos sistemas utilizados pelos entes públicos atendidos pela SINNC, nem afasta a necessidade de preservação da continuidade dos serviços vinculados aos contratos administrativos em execução.

2. Da condição de exclusividade anteriormente atribuída à SINNC para atendimento ao CONIMS

Em 23 de janeiro de 2025, a IDS emitiu atestado no qual registrou que, à época, em razão da parceria empresarial então vigente, a SINNC detinha exclusividade para a comercialização e

fornecimento das soluções ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS. Tal declaração estava vinculada ao contexto contratual então existente entre IDS e SINNC naquele momento.

Cumpra esclarecer, no entanto, que a ausência de parceria vigente entre IDS e SINNC não altera a relação jurídica atualmente existente entre a SINNC e o CONIMS. O Contrato nº 16/2025 foi celebrado exclusivamente entre essas partes, cabendo à SINNC, perante o Consórcio, a responsabilidade contratual pela execução do objeto até o término de sua vigência.

3. Da continuidade do atendimento aos clientes vinculados à SINNC, inclusive ao CONIMS

A IDS esclarece que a inexistência de parceria empresarial vigente entre IDS e SINNC não importa interrupção do suporte técnico necessário à execução dos contratos administrativos em curso vinculados às soluções IDS, inclusive no que se refere ao CONIMS.

Essa continuidade não decorre de mera liberalidade da IDS, mas do próprio regime contratual anteriormente pactuado entre IDS e SINNC. **Com efeito, o § 4º da Cláusula Décima-Segunda do Contrato de Parceria Empresarial estabelece expressamente que a rescisão do contrato, seja por interesse das partes ou por inadimplemento, operará efeitos apenas entre as partes, permanecendo os deveres e responsabilidades perante os clientes até o término da vigência dos respectivos contratos.**

Assim, a IDS manterá o suporte técnico e operacional necessário à continuidade da execução dos serviços vinculados aos contratos administrativos vigentes celebrados pela SINNC com seus clientes, inclusive ao CONIMS, sem interrupção da operação do sistema e sem prejuízo à continuidade dos serviços contratados durante a vigência do Contrato nº 16/2025.

Importa registrar, contudo, que a manutenção desse suporte não altera a alocação das responsabilidades contratuais perante o Consórcio. A obrigação contratual direta de prestação dos serviços continua sendo da SINNC, na qualidade de contratada do CONIMS, cabendo à IDS assegurar o suporte técnico necessário à preservação da continuidade operacional, nos limites de sua posição jurídica e contratual.

4. Da alegada limitação de acesso técnico e da preservação da regularidade operacional

No que se refere à informação mencionada na notificação acerca de suposta restrição de acesso direto da SINNC à base de dados para determinadas intervenções técnicas de rotina, esclarece-se que a definição de permissões técnicas de acesso, perfis de usuário, leitura de banco, integrações e fluxos internos de atendimento integra matéria de governança operacional, segurança da informação e controle técnico do ambiente.

Nos instrumentos contratuais aplicáveis, inclusive no Contrato de Prestação de Serviços de Armazenamento de Dados em Nuvem, constam previsões relativas à gestão técnica da infraestrutura, ao suporte, à manutenção, ao SLA, ao acesso restrito de leitura ao banco de dados e à disponibilização de APIs e mecanismos de integração, observadas as regras técnicas e de segurança definidas pela IDS. Tais definições técnicas, por si só, não significam interrupção do suporte, nem redução das obrigações relacionadas à manutenção da operação do sistema.

Dessa forma, o suporte técnico necessário à manutenção da operação permanece assegurado por meio dos canais e fluxos operacionais aplicáveis, sem prejuízo à continuidade dos serviços vinculados ao Contrato nº 16/2025.

5. Da inexistência de dupla cobrança ao CONIMS

Quanto à preocupação externada por esse Consórcio em relação à possibilidade de dupla cobrança por serviços que compõem o núcleo da manutenção mensal e do suporte técnico contratados, a IDS esclarece que não figura como parte no Contrato nº 16/2025 e não realiza qualquer cobrança direta ao CONIMS. O contrato administrativo vigente foi celebrado entre SINNC e CONIMS, nele estando definidos o objeto, o escopo dos serviços e a forma de remuneração da contratada perante o Consórcio.

Não há, portanto, hipótese de dupla cobrança por parte da IDS relativamente aos serviços abrangidos pela contratação mantida entre SINNC e CONIMS. A atuação da IDS, nesse contexto, limita-se ao suporte técnico necessário à continuidade da execução dos contratos administrativos em vigor, sem geração de cobrança adicional ou sobreposição de remuneração perante o Consórcio.

Por fim, a IDS reafirma seu compromisso com a continuidade, a estabilidade e a regular execução dos serviços relacionados às soluções por ela desenvolvidas, permanecendo à disposição para prestar eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA.

Antonio Espírito Santo

Administrador